



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

O rodízio dos auditores independentes e o gerenciamento de resultados em instituições abertas não financeiras no Brasil

Aluna: Luiza Fagundes Amaro
RA: 159858
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Lanna Franco da Silveira

Campinas, 2019

O rodízio dos auditores independentes e o gerenciamento de resultados em instituições abertas não financeiras no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Comissão de Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Lanna Franco da Silveira.

RESUMO

O presente estudo buscou analisar a influência do rodízio de auditores independentes sobre o gerenciamento de resultados em instituições não financeiras que possuem capital aberto no Brasil, no período de 2005 a 2017. Tem-se por hipótese que, no ano da troca de auditoria independente, o gerenciamento de resultado é amenizado. Para realizar tal análise, foram selecionadas dez empresas, abrangendo setores diferentes da economia. Os resultados apresentam evidências de que a hipótese testada não apresenta veracidade, ou seja, no ano em que ocorreu a troca das empresas de auditoria independente não necessariamente houve uma redução no percentual do gerenciamento de resultado.

Palavras-chave: Gerenciamento de Resultados, Auditoria Independente e Instituições não Financeiras de Capital Aberto.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the influence of the rotation of independent auditors on the management of results in non-financial institutions that have public capital in Brazil, from 2005 to 2017. It is hypothesized that in the year of the independent audit exchange, the result management is mitigated. To this end, ten companies were selected, covering different sectors of the economy. The results show evidence that the hypothesis tested is not verifiable, that is, in the year in which the change of the independent auditing companies occurred, there was not necessarily a reduction in the percentage of management of results.

Keywords: Results Management, Independent Audit and Non-Financial Institutions with Open Capital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resolução 3.606/08 versus a Resolução 3.198/04	17
Quadro 2 – Síntese das variáveis utilizadas no modelo.....	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concentração das firmas de auditoria	15
Tabela 2 - Companhias analisadas e respectivo setor.....	24
Tabela 3 - Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo	25
Tabela 4 - Matriz de correlação das variáveis do estudo.....	25
Tabela 5 - Resultados da estimação do modelo do estudo	27
Tabela 6 - Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 1	28
Tabela 7 - Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 2	29
Tabela 8 - Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 3	30
Tabela 9 - Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 4	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Accrual discricionário e não discricionário.....	19
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1: AUDITORIA INDEPENDENTE E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS.....	12
1.1: Introdução	12
1.2: Auditoria Independente	12
1.2.1: A auditoria externa e interna	14
1.2.2: A concentração das empresas de auditoria externa	14
1.3: O rodízio de auditores independentes.....	15
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS	22
2.1: Introdução	22
2.2: Procedimentos metodológicos	22
2.2.1: Definição das variáveis explicativas e do modelo.....	22
2.2.2: Amostra	24
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma ciência social aplicada e tem como função básica informar e auxiliar os usuários na tomada de decisão. O principal objetivo da contabilidade se caracteriza, segundo Ludícibus (2004), pelo fornecimento de informações econômicas que auxiliam nas tomadas de decisões de diversos usuários, como investidores, administradores, as entidades governamentais, entre outros.

Com a evolução desta ciência ao longo do tempo, surgiu a necessidade de determinar quais seriam as normas básicas que iriam orientá-la. A partir desta insuficiência de regras e especificações, criaram-se os princípios contábeis, ou seja, normas padronizadas para os registros contábeis, que foram introduzidas pela publicação da Lei nº 6.404 no ano de 1976. Com o advento da globalização e em entendimento das particularidades da sociedade brasileira, foram realizadas muitas modificações, para adaptar esta ciência que está em constante desenvolvimento à realidade e especificidades de cada região e tempo. Um exemplo é a criação da lei 11.638/07 e a 11.941/09. Esta mudança da legislação teve como objetivo harmonizar as normas contábeis com as Normas Internacionais de Contabilidade, emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os princípios e normas contábeis apresentam algumas características, conforme Santos e Grateron (2003), pode-se destacar alguma dessas : i) diferentes, porém válidas interpretações dos princípios e normas contábeis; ii) existência de múltiplas estimativas; iii) flexibilidade, arbitrariedade e subjetividade na aplicação; iv) conceito base de Imagem Fidedigna pouco claro ou indeterminado; e v) cuidados da administração na aplicação de princípios como prudência, confrontação de receitas e despesas e uniformidade.

Todos estes princípios e normas contábeis citados acima precisam ser auditados. Para isso, segundo Reis (2009), a auditoria externa foi introduzida nas companhias abertas através da lei nº 6.404, no ano de 1976. Esta atividade deve verificar se há uma exatidão dos registros contábeis, verificando sua fidedignidade, completude entres outros aspectos, mas sempre evidenciando o objetivo principal:

verificar se as informações contidas nestes registros refletem adequadamente a situação patrimonial da empresa.

Uma vez que as normas contábeis são de ordem subjetiva, esta característica, permite brechas no momento da realização das demonstrações. Assim, alguns gestores e contadores conseguem manipular, de forma legal, informações em prol de interesses particulares. Assim, as demonstrações financeiras publicadas podem não representar de maneira fiel a realidade da entidade, mesmo estando em conformidade com as leis vigentes. O conceito que expressa essa manipulação é o gerenciamento de resultados, conhecido também como Earnings Management na literatura internacional.

O gerenciamento de resultados, segundo Goulart (2007, p. 30), “pode ser entendido como uma forma de interferência de interesses específicos dos preparadores de demonstrações contábeis no conteúdo ou na forma de apresentação e divulgação de informações por parte das empresas”. Assim, o gerenciamento, mesmo não sendo fraude ou ato ilícito, afeta negativamente a função principal das demonstrações financeiras, uma vez que elas devem fornecer informações úteis e confiáveis para aqueles que as utilizam seja para qual for seu fim.

Segundo Reis (2009), o rodízio de firmas de auditoria foi instituído pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em março de 1996 pela Resolução nº 2267, diante dos escândalos contábeis que vinham ocorrendo envolvendo as firmas de auditoria e grandes empresas. Posteriormente, em maio de 1999, esta norma foi adotada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da Instrução nº 308 como uma resposta à sociedade para demonstrar que tais instituições estavam atentas à fiscalização.

O principal objetivo do rodízio de empresas de auditoria é preservar a ética e independência dos auditores independentes, bem como a eliminação dos erros e fraudes contábeis que estão relacionadas com a auditoria externa das demonstrações contábeis. A alegação dos defensores do rodízio é de que os relacionamentos prolongados entre as empresas auditadas e os auditores geram resultados viciados.

Desta maneira, este trabalho foca em responder a seguinte questão: qual é o impacto do Rodízio de Auditores Independentes no gerenciamento de resultados em instituições abertas? O objetivo do presente trabalho é, assim, verificar se o rodízio

de auditores independentes interfere no gerenciamento de resultados contábeis em empresas brasileiras de capital aberto no período entre 2005 e 2017. Dada a carência na produção científica de estudos na área do rodízio de empresas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil, a necessidade de estudos nessa área torna-se essencial. Em meio a esses escândalos, a auditoria vem se destacando devido à sua essencial contribuição para amenização dos erros e fraudes contábeis. A auditoria se faz necessária uma vez que transmite aos usuários da informação contábil uma maior credibilidade e confiança nos respectivos dados.

Para atingir tais objetivos, este trabalho está estruturado dois capítulos, além da introdução e conclusões. O capítulo 1 se refere ao referencial teórico, no qual são abordados a auditoria independente e o gerenciamento de resultados, demonstrando os aspectos técnicos deste gerenciamento e como a auditoria independente se estruturou no Brasil. No capítulo 2, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, qual o horizonte temporal e a hipótese, bem como os resultados e a discussão.

CAPÍTULO 1. AUDITORIA INDEPENDENTE E GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

1.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar os conceitos relativos à auditoria independente e gerenciamento dos resultados. Para atingir tal objetivo, três etapas serão desenvolvidas. Em primeiro lugar, apresentam-se o papel do auditor independente e as normas regulatórias. Em seguida, o tema sobre o rodízio do auditor independente é abordado, quais foram os motivos para que este rodízio fosse imposto e a regulamentação. Por fim, realiza-se uma revisão de literatura sobre o gerenciamento de resultados no Brasil, evidenciando seus aspectos técnicos.

1.2 Auditor Independente

Embora a origem da auditoria seja muito discutida por especialistas, torna-se essencial relacioná-la com o início das atividades econômicas desenvolvidas pelo ser humano. Dessa forma, segundo Ricardino e Carvalho (2003), é difícil determinar o surgimento do primeiro trabalho de auditoria independente no Brasil. Tem-se, porém, como o primeiro fato registrado sobre auditoria o balanço da São Paulo Tramway Light & Power Co., feito entre junho de 1899 e dezembro de 1902, certificado pela empresa canadense de Auditoria Clarkson & Cross – atualmente Ernst & Young.

Ainda de acordo com Ricardino e Carvalho (2003), a primeira empresa de auditoria a se instalar no Brasil foi a Deloitte Touche Tohmatsu no Rio de Janeiro no ano de 1911. Todavia, naquela época, o país estava muito longe de ter preocupações com assuntos relacionados a auditoria. Os primeiros trabalhos sobre isto apenas surgiram a partir de 1928 e somente em 1965 que a figura do auditor independente foi introduzida em um diploma legal.

Segundo Reis (2009), a auditoria consiste no exame das operações, atividades e sistemas de determinada organização, com o intuito de verificar se são executados ou funcionam em conformidade com determinados objetivos, orçamentos, regras e

normas contábeis. Ainda de acordo com Reis (2009, p. 41) “auditoria é o ato de confrontar a condição – situação encontrada – com o critério – situação que deve ser (normas e procedimentos pré-determinados). A definição dos critérios de auditoria é de fundamental importância para a realização dos exames.

A auditoria tem o objetivo de reduzir as divergências de informação existentes entre os gestores e os demais interessados na organização, como os stakeholders, possibilitando que os agentes externos à organização confiem nas informações contidas nas demonstrações financeiras. Desta forma, um relatório de auditoria agrega credibilidade para estas. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1998, pág. 23) define que “o objetivo de uma auditoria das demonstrações contábeis é habilitar o auditor a expressar uma opinião sobre se as demonstrações foram preparadas, em todos seus aspectos relevantes, de acordo com uma estrutura conceitual identificada para relatórios contábeis.”

Ao se tratar do aspecto legal, a regulação da atividade de auditoria, como citado acima, ocorreu a partir de 1965, porém sua prática foi fortalecida apenas em 1976, com a lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações. Segundo Ricardino e Carvalho (2003), esta lei estabeleceu a obrigatoriedade da Auditoria Independente para as Sociedades e as demonstrações contábeis de grupos que incluem sociedades. De acordo com tal legislação, os profissionais que exercem a auditoria independente devem estar registrados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). A CVM também foi criada no ano de 1976, pela Lei 6.385, com a responsabilidade de normatizar os procedimentos contábeis e os trabalhos de auditoria das empresas de capital aberto, como também exercer as funções de fiscalização, semelhantes à Securities and Exchange Commission - SEC norte-americana.

Através da Instrução nº 308/99, a CVM prevê o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, como também, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das organizações auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Em relação à atuação do auditor independente, Cunha et al (2009) afirmam que os auditores devem garantir a independência frente à empresa auditada, impactando, conseqüentemente, na qualidade e abrangência de sua auditoria. Um exemplo disto seria que a norma impede que os auditores independentes prestem serviços de consultoria a empresa auditada como também que mantenham títulos mobiliários da mesma (ou de controladas). O objetivo é de afastar os interesses particulares dos

auditores perante ao trabalho de auditoria. Além disso, a lei também prescreve penalidades como advertências, multas e suspensão e cancelamento de registro para o caso de má atuação (Assunção e Carrasco, 2008).

1.2.1 A auditoria externa e interna

As auditorias externas e internas, apesar de independentes, possuem objetivos diferentes em relações a suas atividades. Conforme Velozo (2014), para a auditoria externa, a entrega do relatório do auditor com a opinião sobre as informações financeiras analisadas é objetivo final. Já, para o auditor interno, o objetivo final é a entrega de um relatório com recomendações sobre os controles internos da entidade e a eficiência em sua operação, com pontos de melhorias. Apesar de auditoria externa também emitir à administração uma carta de controles internos, com os pontos de deficiências observados e quais os possíveis impactos contábeis destas falhas, este não é o objetivo principal de seu trabalho. Para isso, os auditores externos no Brasil, necessitam ter formação em ciências contábeis e serem registrados no órgão de classe (CRC), já os auditores internos, podem ter formações acadêmicas diversas, as quais contribuem para uma análise mais apurada das diversas áreas da empresa.

Durante os trabalhos de uma auditoria externa, esta realiza um exame dos controles internos da entidade, a fim de obter um conforto sobre estes e possivelmente diminuir sua abordagem de teste de detalhes durante os trabalhos de auditoria, já a auditoria interna, que são funcionários da própria entidade, se atentam aos erros e irregularidades nos processos, auxiliando na implementação de medidas imediatas de correção. Além disso, a auditoria interna tem no escopo de seu trabalho, todas as áreas da empresa, já a auditoria externa, algumas vezes, pode ter seu escopo de trabalho um pouco mais limitado aos controles chaves da entidade que irão ter impactos contábeis.

1.2.2 A concentração das empresas de auditoria externa

No Brasil e no mundo, o mercado da auditoria externa está concentrado nas chamadas “Big Four”, as quatro maiores empresas prestadoras de serviços de auditoria - KPMG, PwC, Ernest&Young e Delloite. Segundo Velozo (2014), nos anos

de 1980, destacavam-se no mercado de auditoria as “Big Eight” formada por Arthur Andersen; Arthur Young & Co; Coopers & Lybrand; Ernst & Whinney; Deloitte Haskins & Sells; Peat Marwick Mitchell; Pricewaterhouse; e Touché Ross.

Em 1987, iniciaram-se várias fusões como: Peat Marwick que se fundou com o Grupo KMG se transformando na KPMG; Ernst & Whinney incorporou a Arthur Young para formar a Ernst & Young; Deloitte, Haskins & Sells e a Touche Ross para formar a Deloitte & Touche e, por fim, a Pricewaterhouse se fundindo com a Coopers & Lybrand, formando a PwC. Assim, ficaram até o ano 2001 conhecidas como “Big Five”, até o escadalo da Ernon, levando a Empresa Arthur Anderson à falência. Quatro grandes empresas se encontram no mercado, caracterizando-o como altamente concentrado.

Na pesquisa realizada por Velozo (2014), buscou-se analisar se o mercado de auditoria estava realmente concentrado nas empresas da “Big Four”, pesquisando quais as empresas de auditoria que prestavam serviços para as 100 maiores empresas em faturamento líquido de vendas, segundo o site da Revista Exame. Neste estudo confirmou-se esta hipótese e no ano de 2014, na amostra analisada, as demais empresas de auditoria representavam apenas 6% do mercado, estando os outros 94% concentrados nas Big Four, como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1 - Concentração das firmas de auditoria

Firmas de auditoria	Percentual
Deloitte	19%
Ernst & Young	20%
KPMG	27%
PwC	28%
Demais	6%
Total	100%

Fonte: Velozo (2014)

1.3. O rodízio de auditores independentes

Com a onda de diversos escândalos econômicos – financeiros – contábeis ocorridos no mundo a partir do final dos anos 1990, o assunto rodízio de “auditores independentes” passou a ser foco de discussão no mercado de capitais. Passou-se a

questionar o processo, sua qualidade e a independência dos serviços prestados pelos auditores externos. Conforme Goulart (2007), os casos mais famosos envolveram as empresas Enron, World Com., Parmalat, Arthur Andersen, dentre outras.

Segundo Reis (2009), nesse momento de questionamento da sociedade sobre os serviços de auditoria prestados ao mercado, surgiu a mais importante reforma na lei de mercados de capitais dos últimos anos – a Lei Sarbanes-Oxley (“SOX”), aprovada em julho de 2002.

No Brasil, algumas medidas foram tomadas, como a instrução nº 308 que estabelece em seu artigo 31 uma norma respeito do rodízio de auditores independentes, na qual o auditor deve ser substituído depois de cinco anos no máximo e só poderá ser recontratado após três anos. Para ser mais específica, a instrução estabelece que:

“O Auditor Independente - Pessoa Física e o Auditor Independente - Pessoa Jurídica não podem prestar serviços para um mesmo cliente, por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data desta Instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração.”
(Artigo 31, Instrução CVM número 308, 1999)

Esta instrução pretende evitar o relacionamento a longo prazo entre auditor e empresa auditada, por acreditar-se que um longo relacionamento pode colocar em risco a qualidade da prestação deste serviço. Como também, de acordo com Assunção e Carrasco (2008), a mesma pretende contribuir para a diminuição da independência do primeiro em relação ao segundo na execução de seu trabalho. Além disso, segundo Velozo (2014), buscou-se com o rodízio de auditoria, diminuir a concentração de mercado apenas nas quatro maiores empresas de auditoria “Big Four”, citadas no tópico acima.

Em 11 de setembro de 2008, houve uma mudança em relação ao rodízio. Os bancos e demais instituições supervisionadas pelo BACEN foram dispensadas do rodízio de auditoria independente. A resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.606/08 modificou o artigo nono da resolução nº 3.198/04 do CMN, alterando o conceito de “auditor independente”. Pela resolução de 2004, o rodízio deveria ser da empresa de auditoria, mas, pela nova resolução, o rodízio será apenas do responsável técnico e sobre a equipe de auditores independentes das empresas contratadas.

Quadro 1 - Resolução 3.606/08 versus a Resolução 3.198/04

ATUAL – RESOLUÇÃO 3.606/08	ANTERIOR – RESOLUÇÃO 3.198/04
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, devem proceder a substituição do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor e qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, após emitidos pareceres relativos a, no máximo, cinco exercícios sociais completos.	As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exceto as sociedades de crédito ao microempreendedor e as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação, devem proceder a substituição do auditor independente contratado, no máximo, após emitidos pareceres relativos a cinco exercícios sociais completos

Fonte: Cunha et al (2009).

Em relação à nova resolução, a CVM, através da Deliberação nº549/08, dispôs sobre a rotatividade dos auditores independentes no âmbito do mercado de valores mobiliários e deliberou a facultatividade para as companhias abertas da substituição de seus atuais auditores independentes até a data de emissão do parecer de auditoria para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a se encerrar em 2011. Entretanto, as companhias abertas que quiserem substituir seus auditores independentes anterior ao ano de 2011 deverão contar normalmente, como antes, o prazo de cinco anos como instituído na Instrução nº308/99 da CVM, a partir da contratação. Essa modificação para o exercício de 2008 foi realizado para não comprometer o processo de adaptação das instituições financeiras aos novos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações, introduzidos pela Lei nº 11.638/07. Esse novo critério sobre o rodízio tende a reduzir os custos de contratação de auditorias externas e a concentração deste mercado nas empresas “Big Four”.

1.4. O gerenciamento de resultados

O gerenciamento de resultados é um tema bastante discutido após os escândalos contábeis citados anteriormente, nas quais as demonstrações financeiras não retratavam de maneira real a situação patrimonial das empresas. Segundo Decourt, Martinewski e Pietro Neto (2007, p.5), citado por Silva e Berreza (2010, p.

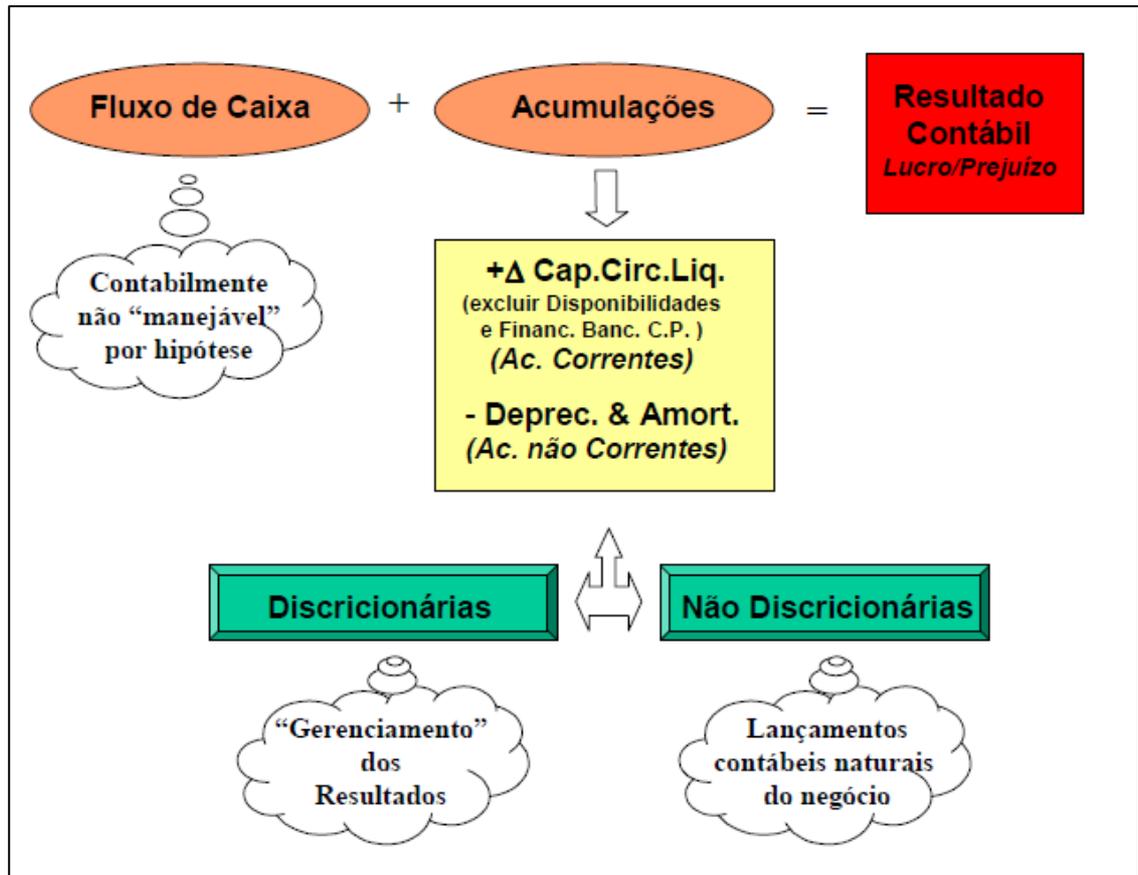
307), o gerenciamento de resultados pode ser entendido como a “manipulação dos dados com o objetivo de atender os interesses do administrador, e não dos acionistas de modo geral”. Trata-se, assim, de uma prática reprovável e não desejável pelos investidores, pois tal gerenciamento mascara a realidade patrimonial. Azevedo e Costa (2012) também afirma que tal prática advém de escolhas contábeis por razões oportunistas interferindo no resultado da instituição, geralmente expropriando de algum outro investidor, credor ou governo. Dessa forma, o único a ser beneficiado pela assimetria de informação seria o gestor.

Segundo Martinez (2008), o gerenciamento de resultados é uma maneira de tratar a diferença que há entre a contabilidade pelo regime de caixa e a contabilidade pelo regime de competência. O autor demonstra que o termo *accrual* nada mais é do que essa diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional. Ou seja, quando um contador realiza provisões através do regime da competência, e estas são definidas como passivos já existentes, que não possuem grau de incerteza que afetem significativamente os lançamentos, não deve, portanto, ser reconhecidos como provisões; isto representa um “*accrual*”.

Ainda conforme Martinez (2008, p.17), “Esses *accruals* (acumulações) podem ser definidos como todas as contas de resultado que entraram na computação do lucro, mas não necessariamente afetará em movimentação de disponibilidades. ” Podem, assim, ser divididos em *discricionários* (*discretionary accruals*) e não *discricionários* (*non discretionary accruals*).

Os *accruals* não *discricionários* seriam os exigidos de acordo com a realidade do negócio. Já os *accruals* *discricionários* seriam artificiais, tendo como propósito “gerenciar” o resultado contábil (MARTINEZ, 2008). Dessa forma, Martinez (2008) considera os *accruals* *discricionários* como um canal para detectar o gerenciamento de resultado. Martinez (2001) apresenta *accruals* *discricionários* e não *discricionários* conforme a figura 1 abaixo:

Figura 1 - Accrual discricionário e não discricionário



Fonte: Martinez (2001)

Um exemplo prático de accrual discricionário tem base nas despesas com depreciação de ativos imobilizados, no qual são lançamentos naturais na maioria das entidades. Todavia, estas despesas podem tornar-se accruals discricionários no momento em que os administradores conseguem influenciar no laudo das taxas de depreciação que serão utilizadas para o cálculo. Outro exemplo de acumulações discricionários, conforme Cupertino e Martinez (2008) apud Dechow (2003), refere-se aos registros do contas a receber, que analisando accruals através do modelo adaptado de Jones, assume que todo o saldo do contas a receber é discricionário. Um exemplo é referente a conta redutora, de provisão de devedores duvidosos, que se torna discricionária, uma vez que as premissas para a provisão, são realizadas em cada entidade, seja com base nas perdas esperadas ou nos percentuais determinados pela administração, sendo possíveis manipula-los.

Segundo Maia (2012), os accruals discricionários podem ser positivos ou negativos, representando, respectivamente, que a empresa está gerenciando seus resultados para melhorá-los ou piorá-los. Os motivos desse gerenciamento são

diversos, relacionados com a teoria agência, na qual, segundo Nassiff e Souza (2013, p. 3) “um conflito de agência é a possibilidade de divergência de interesses entre acionistas e gestores, onde um tenta tirar vantagens do outro de uma mesma situação”. Entre eles destacam-se os incentivos econômicos, tanto para os gestores quanto para a empresa em si. Segundo Santos e Grateron (2003, p. 14) os incentivos mais comuns são:

1. Obtenção de benefícios diretos sobre os resultados alcançados, margens das vendas, participação no mercado;
2. Obtenção de concessões, bonificações e prêmios extras;
3. Melhoria da imagem para inclusão no mercado financeiro (bolsas de valores e financiamentos externos);
4. Obtenção ou manutenção de subvenções para a indústria, ramo de atividade ou setor;
5. Alcançar medidas de proteção das agências governamentais e organismos internacionais de financiamento;
6. Obtenção de benefícios fiscais através da isenção e redução das bases de tributação;
7. Controle de dividendos; e
8. Estratégias competitivas e de mercado, além de outras não menos importantes.

O termo Earnings Management, geralmente utilizado na literatura, consiste no gerenciamento de resultados dentro dos limites legais, considerando-se a discricionariedade e a flexibilidade permitidas pelas normas e práticas contábeis (FUJI, 2004). Diferenciando, assim, de fraude contábil, que se caracteriza por infringir as normas contábeis, como por exemplo realizar lançamentos de vendas fictícias, e com valores superiores ou inferiores aos valores reais das vendas. Segundo Marin (2014, p. 4), os três motivos preponderantes para os gestores gerenciarem seu resultado são: “expectativas do mercado de capitais, motivações contratuais entre a empresa e os stakeholders, e motivações vinculadas às regulamentações governamentais e custos políticos”. Neste estudo, será verificado o gerenciamento de resultados que possui foco no gatilho “Expectativa dos mercados de capital”, uma vez que está se analisando as 10 maiores empresas com valor de ação no mercado de

capitais, os quais, conforme Martinez (2001) são incentivados a praticar o gerenciamento de resultado, com o objetivo de alterar a percepção de risco de seus investidores.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.1. Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar a metodologia deste trabalho, bem como avaliar os resultados obtidos da análise dos dados. Para tanto, está dividido em duas seções. Na primeira, o modelo da pesquisa e a amostra de empresas são apresentados. Na segunda, os resultados das estimações são avaliados e discutidos.

2.2. Procedimentos metodológicos

2.2.1. Definição das variáveis explicativas e do modelo

Conforme indicado no capítulo 1, o objetivo deste estudo é avaliar se quando há rodízio de auditoria externa, a prática do gerenciamento de resultados é reduzida. Para isso, utiliza-se o modelo conforme expresso na equação (1), proposto por Martinez (2001). Neste modelo, o accrual discricionário utilizado como benchmark é a despesa de depreciação, na qual as companhias analisadas possuem arbitragem para acelerar ou retardar a depreciação de seus ativos imobilizados, alterando as taxas de depreciação utilizadas no cálculo da depreciação.

$$Deprec_t = \beta_0 + \beta_1 LL_t + \beta_2 [ENDIV] + \beta_3 IMOB + Audit + \varepsilon_2 \quad (1)$$

Para ajustar este modelo ao objetivo de nosso trabalho, insere-se uma variável do tipo Dummy, que indica a troca da auditoria independente, incorporado no modelo com valor 1 no ano da troca da empresa de auditoria e valor 0 para os demais anos.

Espera-se, como demonstrado por Martinez (2001), que o coeficiente associado ao lucro líquido seja positivo. Em um contexto de crescimentos dos lucros, espera-se que as despesas de depreciação tenham tendência de aumento, de forma que o crescimento do lucro seja mais ameno. Em um cenário diferente, no qual os lucros

líquidos apresentem variação negativa, as companhias, a fim de atenuar a queda no lucro, reduziriam os gastos com a despesas de depreciação, já que esta é uma variável discricionária, na qual as entidades possuem uma certa arbitragem.

Com relação ao grau de endividamento, espera-se um coeficiente com sinal negativo - ou seja, quanto maior endividamento, a despesa com depreciação tende a ser menor, a fim de aumentar o lucro. Por fim, espera-se que, no ano que o rodízio de auditoria acontecer, o gerenciamento do resultado seja amenizado, tendo um sinal negativo também.

A variável Imobilizado possui finalidade de controle, uma vez que a despesa com depreciação deve seguir o mesmo patamar do valor total do imobilizado no ano.

Quadro 2 – Síntese das variáveis utilizadas no modelo

Tipo	Indicador	Sigla	Descrição
Variável dependente	Despesa com depreciação	DEPREC	Logaritmo do Total da despesa com depreciação.
Variáveis independentes	Lucro Líquido	LL	Lucro Líquido no período analisado, excluindo as despesas com depreciação.
	Indicador de endividamento	ENDIV	Razão entre as Exigibilidades e os Ativos Totais
	Ativo Imobilizado	IMOB	Logaritmo do Total do ativo imobilizado.
	Troca do auditor independente	AUDIT	Ano da troca do auditor independente.

Fonte: Elaboração própria.

2.2.2. Amostra

A fim de se alcançar os objetivos citados acima, o desenvolvimento do presente trabalho recorrerá, em primeiro lugar, a uma análise descritiva dos dados financeiros/contábeis das empresas. Esses dados foram extraídos do software Economática.

Foram selecionadas as 10 empresas listadas na B3, que possuem maior liquidez em julho de 2017. As empresas são de diversos setores da economia como apresentado na Tabela 2. Os dados contemplam os valores referentes ao período de 2005 a 2017.

Tabela 2 – Companhias analisadas e respectivo setor

Companhias	Setor
Ambev	Alimentos e Bebidas
BRF	Alimentos e Bebidas
Kroton	Educação
Lojas Renner	Varejo
Petrobrás	Petróleo e Gás
Suzano	Papel e Celulose
Telefonica	Telecomunicações
Ultrapar	Petróleo e Gás
Vale	Mineração

Fonte: Economática

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo. Vale observar que os valores de depreciação (LDEPR) e imobilizado (LIMOB) estão em logaritmo. A variável de controle Lucro líquido (LL) apresentaram elevados desvios padrões, com grande diferença entre a média e a mediana, demonstrando que tal conta apresenta grande dispersão e presença de valores extremos.

Tabela 3. Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo

	LDEPR	LIMOB	LL	ENDIV	AUDIT
Média	12,8686	15.7849	3.058.314.	26,1627	0,0480
Mediana	12,7135	15.8439	848.652	26,0500	0,0000
Máximo	16,4242	20.3045	37.813.723	58,9000	1,0000
Mínimo	8,57489	10.0163	-44.212.187	0,00000	0,0000
Desvio Padrão	1,72777	2.20420	6.980.757.	15,2605	0,2141
Assimetria	0,01099	0.10553	0,891375	0,00495	4,2249
Curtose	2,42298	2,42716	14,00734	1,85488	18,8505
n	468	496	496	496	520

Fonte: Resultado da pesquisa.

Para avaliar a relação entre as variáveis, calculou-se a Correlação de Person, a qual mede a correlação linear entre duas variáveis quantitativas por meio de um índice que varia de -1 a 1. Assim, o resultado da correlação mede a interação entre as variáveis, nas quais resultados próximos de 1 representam uma correlação perfeita e positiva, e quando próximo de -1, essa relação é inversa, quando uma variável aumenta, outra diminui. Caso o coeficiente se apresente igual a 0, significa que não existem evidências de que as variáveis independentes se relacionem de maneira linear.

Tabela 4. Matriz de correlação das variáveis do estudo

	LDEPR	LIMOB	LL	ENDIV	AUDIT
LDEPR	1,0000	0,9441	0,4154	0,1002	-0,0446
LIMOB		1,0000	0,4130	0,2097	-0,0415
LL			1,0000	-0,1945	-0,0483
ENDIV				1,0000	-0,0193
AUDIT					1,0000

Fonte: Resultado da pesquisa.

Os resultados obtidos, representados na tabela 4, mostram que a variável Audit não tem correlação com as demais, possuindo uma relação inversa, assim, como a

variável endividamento com relação ao lucro líquido. Já as variáveis de controle, possuem correlação positiva com a depreciação, e assim como esperado, a variável Imobilizado, possui alta correlação com a depreciação, indicando que a trajetória da variável depreciação será muito próxima da variável imobilizado.

Para a análise dos resultados da estimação do modelo de estudo, primeiramente, realizou-se uma análise geral, contendo os dados de todas as empresas em conjunto. Em seguida, analisou-se o resultado da estimação deste mesmo modelo segregando os dados por empresa, a fim de obter uma análise mais detalhada de cada uma.

Com relação aos resultados gerais, expressos na tabela 5, verifica-se o resultado do teste F. Devido ao alto valor, pode-se evidenciar que as variáveis contribuem conjuntamente para explicar a depreciação. Além disso, o alto coeficiente de determinação indica que a variação do lucro líquido, endividamento, o imobilizado, e auditoria contribuem para explicar aproximadamente 90% da variabilidade da depreciação.

Com relação a contribuição individual das variáveis, pode-se verificar que apenas o impacto do endividamento e do imobilizado são significativos no modelo, já as variáveis auditoria e lucro líquido não são estatisticamente significativas. Com relação ao coeficiente, o endividamento apresentou uma influência negativa sobre a depreciação, já o imobilizado apresentou influência positiva, estando estes resultados dentro do esperado, uma vez que o imobilizado é uma variável de controle, a qual deve acompanhar, de maneira linear a despesa de depreciação e o endividamento ao se apresentar com influência negativa, confirma à hipótese de que em um cenário no qual a empresa esteja endividada, a despesa com depreciação seria amenizada a fim de reduzir o prejuízo ou aumentar os lucros.

A variável auditoria ao não se apresentar significativa em nosso modelo, refuta a hipótese central deste estudo, ou seja, não existem evidências, de que, no ano em que ocorreu a troca das empresas de auditoria independente, não necessariamente houve uma redução no percentual do gerenciamento de resultado.

Tabela 5. Resultados da estimação do modelo do estudo

Variável	Coeficiente	Prob.
C	1,057795	0.0000
LOG(IMOB)	0,766931	0.0000
LL	-1,13E-09	0.7834
ENDIV	-0,011761	0.0000
AUDIT	-0,052634	0.6454
R-squared	0,901522	
Adjusted R-squared	0,900671	
F-statistic	1059,640	
Prob(F-statistic)	0,000000	
Durbin-Watson stat	0,070957	

Fonte: Resultado da pesquisa.

Neste segundo momento, analisou-se os dados de cada empresa individualmente, as quais, a partir do resultado obtido, foram segregadas em quatro grupos. O primeiro contém três empresas (BrFoods, Renner e Vivo), nas quais apenas o imobilizado resultou em variável estatisticamente significativa; o segundo grupo é composto por quatro empresas (Ambev, Kroton, Petrobrás e Suzano) que apresentaram imobilizado e endividamento como variáveis significativas no modelo; o terceiro grupo é composto por duas empresas (Ultra e Cielo) que apresentaram também o lucro líquido como variável significativa; por fim, o quarto grupo possui apenas uma empresa, sendo a única (Vale) que teve a variável auditoria como significante para o modelo.

Através da tabela 6 abaixo, pode-se observar os resultados da regressão do primeiro grupo, no qual o possui um índice de determinação alto, porém nenhuma das variáveis propostas pelo modelo influenciam de maneira individual para o gerenciamento de resultado, com exceção apenas da variável de controle Imobilizado (IMOB). Além disso, pode-se constatar que as empresas deste grupo pertencem a diversos setores, não sendo possível observar um padrão relacionado ao setor a que pertencem.

Tabela 6. Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 1

Variable	BRFoods		VIVO		Renner	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
C	0.577582	0.4266	3.173.235	0.0834	1.452.721	0.0000
LOG(IMOB)	0.741986	0.0000	0.659397	0.0000	0.685353	0.0000
LL	-2.22E-08	0.7044	1.49E-08	0.6065	3.49E-09	0.9585
ENDIV	0.008907	0.1172	0.004258	0.7734	0.001866	0.1758
AUDIT	-0.003488	0.9787	-0.114687	0.5921	-0.023506	0.4981
R-squared	0.881896		0.711080		0.989082	
Adjusted R-squared	0.871844		0.673800		0.988089	
F-statistic	8.773817		1.907401		9.965009	
Durbin-Watson stat	1.007275		0.488273		0.457359	
Prob(F-statistic)	0.000000		0.000000		0.000000	

Fonte: Resultado da pesquisa.

A Tabela 7 contém os resultados individuais das companhias do grupo 2. Também não é possível relacionar seus resultados com o setor em que estão inseridas. Para este grupo, as variáveis Imobilizado (IMOB) e Endividamento (ENDIV) apresentaram-se estatisticamente significativas, com coeficientes positivos para ambas as variáveis, sendo que o imobilizado apresentou comportamento esperado pela hipótese proposta por este trabalho, com valores altos para o coeficiente; já o endividamento apresentou comportamento inverso à hipótese do trabalho.

A hipótese para esta variável era de uma relação negativa, no qual a empresa tenderia a reduzir a depreciação em um cenário de alto endividamento para melhorar os lucros apresentados. Apesar de os coeficientes apresentarem-se baixos, uma possível explicação para o fato desse comportamento possuir relação positiva é que o lucro destas empresas não se apresentava baixo no período analisado, não havendo a necessidade de realizar ajustes para aumentá-lo, e assim, reduzir a despesa com depreciação a fim de melhorar o lucro.

Tabela 7. Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 2

Variable	Ambev		Kroton	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
C	0.602741	0.8347	2.734.311	0.0004
LOG(IMOB)	0.770299	0.0001	0.991894	0.0000
LL	-7.77E-09	0.6048	2.82E-09	0.9807
ENDIV	0.050975	0.0000	0.027308	0.0001
AUDIT	-0.076118	0.6270	-0.092790	0.4418
R-squared	0.487247		0.971412	
Adjusted R-squared	0.443609		0.968145	
F-statistic	1.116553		2.973257	
Durbin-Watson stat	0.569613		0.721319	
Prob(F-statistic)	0.000002		0.000000	

Fonte: Resultado da pesquisa.

Tabela 7. Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 2

Variable	Petro		Suzano	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
C	9.389.698	0.0000	0.611251	0.3516
LOG(IMOB)	0.305403	0.0000	0.660015	0.0000
LL	1.42E-09	0.3826	3.90E-08	0.1222
ENDIV	0.014145	0.0002	0.024746	0.0000
AUDIT	-0.063344	0.3240	-0.010725	0.8999
R-squared	0.915139		0.881384	
Adjusted R-squared	0.907245		4.069853	
F-statistic	1.159279		8.730922	
Durbin-Watson stat	1.323281		1.084699	
Prob(F-statistic)	0.000000		0.000000	

Fonte: Resultado da pesquisa.

Com relação ao terceiro grupo, a Tabela 8 mostra os resultados da estimação do modelo. Observa-se um alto índice de determinação, e além do imobilizado e endividamento, o lucro líquido (LL) apresentou-se como uma variável estaticamente significativa. Quanto aos coeficientes, o imobilizado apresentou coeficiente positivo, dentro do esperado; o endividamento na empresa Ultra possui relação inversa com a depreciação, também dentro da hipótese esperada para este estudo, já o coeficiente de endividamento da empresa Cielo se apresentou positivo, e como apontado acima, a possível explicação para o fato desse comportamento possuir relação positiva, é

que o lucro desta empresa não se apresentou baixo no período analisado, não havendo a necessidade de realizar ajustes para aumentá-lo. No tocante à variável lucro líquido, apesar de apresentar-se como significativa no modelo, os coeficientes apresentados são extremamente baixos, e ainda que a relação com a depreciação seja positiva, como definido nas expectativas deste trabalho, o lucro líquido possui pouca influência para a variação da despesa de depreciação.

Tabela 8. Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 3

Variable	Ultra		Cielo	
	Coefficient	Prob.	Coefficient	Prob.
C	1.994.580	0.0000	3.520.574	0.3381
LOG(IMOB)	0.678346	0.0000	0.601708	0.0415
LL	5.14E-08	0.0759	1.12E-07	0.0230
ENDIV	-0.000547	0.8347	0.012158	0.0263
AUDIT	0.005945	0.8816	0.029397	0.8841
R-squared	0.977889		0.800352	
Adjusted R-squared	0.976007		0.773733	
F-statistic	5.196518		3.006621	
Durbin-Watson stat	0.906019		0.698793	
Prob(F-statistic)	0.000000		0.000000	

Fonte: Resultado da pesquisa.

Por fim, a tabela 9 sinaliza os resultados das estimações para o último grupo, composto de apenas uma Companhia – a Vale S.A., sendo a única da amostra que apresentou a variável Auditoria como estatisticamente significativa. Neste grupo, o coeficiente de determinação foi alto, sendo que 95% da variabilidade da despesa de depreciação é explicado pela variação das variáveis independentes.

Além da auditoria, as variáveis lucro líquido e imobilizado apresentaram-se estatisticamente significativas no modelo. Auditoria contribuiu negativamente para a despesa de depreciação, sendo assim, quando acontece o rodízio de auditoria a despesa de depreciação tende a ser menor. Já o lucro líquido também apresentou contribuição negativa, ao contrário da hipótese do modelo, todavia o coeficiente é muito pequeno. A variável Imobilizado, assim como em todas as empresas estudadas neste trabalho, apresentou coeficiente positivo.

Tabela 9. Resultados da estimação do modelo do estudo – Grupo 4

Variable	Vale	
	Coefficient	Prob.
C	2.823.667	0.0000
LOG(IMOB)	0.638783	0.0000
LL	-1.99E-09	0.0783
ENDIV	-0.000598	0.8270
AUDIT	-0.234781	0.0094
R-squared	0.957348	
Adjusted R-squared	0.953718	
F-statistic	2.637342	
Durbin-Watson stat	1.768723	
Prob(F-statistic)	0.000000	

Fonte: Resultado da pesquisa.

CONCLUSÃO

O estudo teve por objetivo analisar se o rodízio de auditores independentes interfere no gerenciamento de resultados contábeis em instituições abertas do Brasil, que tiveram rodízio das empresas de auditoria independente no período de 2005 a 2017. Para tanto, efetuou-se a pesquisa com a aplicação do modelo de regressão linear múltipla proposto por Martinez (2001) objetivando identificar gerenciamentos de resultados por meio da conta de despesa de depreciação.

Teve por hipótese que no exercício, em que há o rodízio da empresa de auditoria independente, o gerenciamento de resultado é amenizado. O estudo mostrou evidências de que a hipótese testada não apresenta veracidade, ou seja, no ano em que ocorreu a troca das empresas de auditoria independente não necessariamente houve uma redução no percentual do gerenciamento de resultado.

Todavia, ao analisar as empresas de maneira individual, houve uma companhia que apresentou a troca da auditoria como variável estatisticamente significativa. Apesar do resultado isolado desta empresa, no geral, ao analisar toda a amostra, a auditoria não foi uma variável significativa.

As demais variáveis analisadas foram importantes para o controle dos fatores com influência sobre a depreciação, embora somente o imobilizado se manteve estatisticamente significativa em todos os cenários, além disso, o lucro líquido e o endividamento foram estatisticamente significativos e maior do que zero, em alguns grupos analisados, contribuindo para explicação do modelo.

Pôde-se perceber que tal estudo apresenta algumas limitações, devido ao pequeno número de empresas utilizados e ao pequeno número de variáveis utilizadas no modelo. Dessa forma, concluiu-se que os resultados das regressões apresentam apenas evidências de que pode haver gerenciamento de resultado por meio da conta despesas de depreciação, mas de forma que não necessariamente haverá amenização no ano em que há o rodízio. Ou seja, não se pode afirmar que de fato há tal gerenciamento, devido às limitações do estudo. Também não se pode generalizar o resultado encontrado para outras empresas, pois o estudo se restringe a apenas 10 delas.

Entre possíveis sugestões para pesquisas futuras, cabe ressaltar a incorporação de outros modelos para a captura do gerenciamento de resultados em

instituições de capital aberto. Incorporando modelos como, por exemplo, o de verificação pela conta de Perda Estimada para crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD). Além disso, sugere-se a verificação da influência do rodízio de auditores independentes em instituições financeiras, como também a ampliação da amostra.

BIBLIOGRAFIA

ASSUNÇÃO, J.; CARRASCO, V.. **Avaliação de Rotatividade dos Auditores Independentes**. Departamento de Economia Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

AZEVEDO, F. B.; COSTA, F. M.; GIL, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2006. Efeito da troca de da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. RAM, Rev. Adm. Mackenzie, v. 13, nº5. São Paulo, 2012.

COSTA, F. M.; AZEVEDO, F.. **Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoII/02/CUE373.pdf>>. Acesso em: 13.12.2016.

CUNHA, P. R.; BEZERRA, F. A.; GUBIANI, C. A; RENGEL, S.. **Gerenciamento de Resultados Contábeis em Instituições Financeiras: Uma Análise do Rodízio de Empresas de Auditoria Independente**. XVI Congresso Brasileiro de Custos. Ceará, 2009.

MEDEIROS CUPERTINO, César; LOPO MARTINEZ, Antônio. Qualidade da auditoria e earnings management: risk assessment através do nível dos Accruals Discricionários. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 19, n. 3, 2008.

IUDÍCIBUS, S.. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004

GOULART, André Moura Cintra. **Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo

MAIA, S. C.. **Gerenciamento de Resultados em Cooperativas de Créditos no Brasil**. 2012, 113 fls. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria, 2012.

MARIN, Ana Carolina Selbach. **"Gerenciamento de resultados: uma análise dos resultados das pesquisas empíricas no Brasil."** (2014).

MARTINEZ, A. L.. **Detectando Earnings Management no Brasil: Estimando os Accuals Discricionários***. RCF – Revista de Contabilidade & Finanças. São Paulo, v.19, n.46, p. 7-17, janeiro/abril 2008.

MARTINEZ, A. L.; REIS, G. M. R.. **Rodízio de Auditores e o Gerenciamento de Resultados**. RCO – Revista de contabilidade e Organizações. Ribeirão Preto, v.4, n.10, p. 48-64, set./dez. 2010.

NASSIFF, Elaina; DE SOUZA, Crisomar Lobo. **CONFLITOS DE AGÊNCIA E GOVERNANÇA CORPORATIVA. Caderno de Administração. Revista da Faculdade de Administração da FEA. ISSN 1414-7394**, v. 7, n. 1, 2016.

REIS, G. M. R.. **O rodízio de auditores independentes e a análise se existe ou não impactos no gerenciamento de resultados das empresas auditadas**. 2009, 167 fls. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

RICARDINO, A.; CARVALHO, L. N.. **Breve Retrospectiva do Desenvolvimento das Atividades de Auditoria no Brasil**. Revista Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, n. 35, p. 22 – 34 maio/agosto 2004

SILVA, J. O.; BEZERRA, F. A.. **Análise do Gerenciamento de Resultados e o Rodízio de Firms de Auditoria nas Empresas de Capital Aberto**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 12,n. 36, p. 304 - 321, jul./set. 2010.

VELOZO, Erica Jann et al. **Concentração de Firms de Auditoria: Atuação das Big Four no Cenário Empresarial Brasileiro. Pensar Contábil**, v. 15, n. 58, 2014.